

Formas de Alocação de Recursos no Brasil: elementos analíticos inescusáveis, segundo Guerreiro Ramos

Francisco Gabriel Heidemann¹

Universidade Federal de Santa Catarina (aposentado), Santa Catarina, Brasil
E-mail: heidex0@gmail.com

Resumo

Nos anos de 1978, 1979 e 1981, o professor Alberto Guerreiro Ramos, que até então vivia exilado nos EUA, escreveu 24 artigos, publicados no *Jornal do Brasil*, do Rio, numa primeira iniciativa de reproximação com a sociedade brasileira. A temática central dos artigos versou sobre as formas ou arranjos brasileiros de alocação de recursos, que se baseavam então exclusivamente no modelo de livre mercado (economia política) e, assim, ignoravam os elementos institucionais que marcaram as formas históricas de alocação vigentes em toda a história anterior à assim chamada revolução industrial. Nos artigos, Guerreiro Ramos resgatou elementos essenciais para a discussão sobre o tema da alocação, inclusive criticando a visão tacanha dos *policy makers* e governantes brasileiros atuantes, que acreditavam de forma pia e ingênua que o mercado era um modelo superior, exclusivo e único a orientar o governo em suas políticas de desenvolvimento do país. No presente texto, tangenciam-se os artigos de Ramos, para destacar os elementos analíticos que ele julgava ineludíveis e indispensáveis a um debate correto, profícuo e honesto sobre as formas alternativas de alocação de recursos e as relações de complementaridade entre elas numa sociedade como a brasileira, valendo-se sempre do mercado como sistema de referência.

Palavras-chave: Sistemas de Alocação de Recursos. Elementos para Análise da Alocação. Alberto Guerreiro Ramos. Brasil.

Abstract

*In a first attempt to warm up again his ties with the Brazilian society, after almost 15 years living in exile in the US, Prof. Ramos has published a series of 24 texts in the Brazilian newspaper *Jornal do Brasil* (from 1978 through 1981). In these articles, he dealt with the Brazilian arrangements or systems of resource allocation that were at the time based exclusively on the market model (political economy) and thus ignored the full range of institutional elements prevailing in those historical forms of resource allocation preceding the so-called industrial revolution. In those papers, Ramos has also rescued the elements that are essential to the debate involving institutional resource allocation and criticized the narrow views held by those policymakers and government agents in power who mostly believed that the market model was a superior and exclusive form to inspire government in its national development policies. In the present paper, his articles are overviewed with the intent of pointing out the elements that Ramos deemed inescapable to a fair, inclusive and effective debate about the alternative forms or arrangements of resource allocation and the complementary relations among them in a society like the Brazilian one, having the market system as a permanent pattern of reference.*

Keywords: Resource Allocation Arrangements. Elements for Allocation and Analysis. Alberto Guerreiro Ramos. Brazil.

I Introdução

Durante os aproximadamente 15 anos em que viveu exilado nos Estados Unidos, Guerreiro Ramos produziu uma obra em especial que é por muitos considerada a mais importante em sua vasta produção acadêmica. Trata-se do livro *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza da nações*, publicado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, em 1981. A versão original, em inglês, saiu no mesmo ano pela editora universitária da Toronto University, no Canadá. É nesse livro que Ramos expõe de forma integrada sua **teoria da delimitação dos sistemas sociais** e o respectivo modelo paraeconômico de organização do espaço institucional multicêntrico e essencial à plena realização do ser humano em sociedade.

Com o advento da abertura política, em fins da década de 1970, Ramos passou a refazer as pontes de ligação com a sociedade brasileira. Entre as iniciativas empreendidas está a série de 24 artigos que publicou no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, nos anos de 1978, 1979 e 1981. É provável que um deles, porém, o não identificado aqui, tenha sido publicado em novembro de 1979, quando Ramos estava em trânsito para Florianópolis, em seu primeiro retorno ao Brasil, depois do exílio². Era seu primeiro contato com a UFSC, a instituição brasileira que lhe abriria as portas para regressar ao Brasil em definitivo. Entre as temáticas abordadas nos artigos, a mais frequente, elaborada e visionária é a questão das formas ou sistemas alternativos de alocação de recursos no Brasil, que foi em parte trabalhada por ele na obra seminal mencionada.

Guerreiro Ramos sempre se moveu por um senso de urgência diante do tamanho da missão que se impusera de contribuir para a

construção de um Brasil com predestinação histórica. Para ele, um destino histórico de grandeza não era apenas um sonho, mas uma possibilidade objetiva, dependente apenas de um momento oportuno e, sobretudo, da vontade política de um povo e de estadistas para articulá-la.

Suas análises se alternam entre proposições criativas e inovadoras para o futuro e críticas às práticas vigentes na condução da política de alocação de recursos levada a termo nos governos presentes ou passados. Suas posições se alicerçam em fontes científicas de centros avançados de pesquisa com os quais interagiu como membro ativo e mantinha diálogo permanente. Mesmo que suas fontes de dados empíricos sobre o Brasil fossem parciais, já que vivia longe do país e das fontes de informação mais adequadas, pontuais e pertinentes às suas necessidades, ainda assim sua visão de fora com certeza lhe dava certa vantagem frente ao observador interno. O sistema de mercado, como forma privilegiada de alocação de recursos por parte dos *policy makers* e dos estudiosos da economia brasileira, tem servido nos artigos abordados na presente análise como ponto de referência para suas especulações, proposições e posicionamentos críticos.

Considerando que esses artigos foram publicados em periódico diário (*Jornal do Brasil*), sua circulação se restringiu a uma mídia comercial passageira e “efêmera”, por assim dizer, e por isso o conteúdo de suas mensagens não foi devidamente acolhido e considerado ou trabalhado na comunidade acadêmica, o que é lamentável, sobretudo quando se observa a profunda relevância, significado e potencial de suas contribuições. As ideias que Ramos expressou nestes artigos continuam essencialmente atuais, válidas e tão relevantes para o Brasil de hoje quanto o eram para o país há 35 anos.

Neste *paper* me proponho a apenas tangenciar alguns dos elementos ou pontos associados às formas de alocação de recursos pelas quais Ramos se bateu com tanta determinação nesse esforço de voltar a conversar com a sociedade brasileira e seu governo. Seguirei mais ou menos a ordem cronológica em que ele as abordou em seus textos.

2 “Momento Maquiavélico” Propício à Inovação

Logo no primeiro artigo, “O momento maquiavélico brasileiro”, Guerreiro Ramos dá destaque para duas questões pertinentes ao tema das formas de alocação de recursos na economia brasileira. Antes de mais nada, ele se preocupa com a oportunidade histórica de “criação... de uma forma política original”, em termos amplos, para o Brasil, depois de 15 anos de regime militar. Inspirado na obra de J. G. A. Pocock, *The machiavelian moment* (Princeton Univ. Press, 1975), Ramos assim resumiu a categoria de história política criada por esse autor, inglês de nascimento, mas cidadão da Nova Zelândia: “Momentos maquiavélicos se configuram quando uma sociedade, no curso de sua trajetória temporal, gera [...] necessidades inéditas de articulação interna, que só podem ser satisfeitas pela criação e implementação de uma forma política original [...]”, à semelhança do que teve lugar na renascença italiana ou na revolução americana, por exemplo.

Para Ramos a qualidade da vida brasileira não se mede pelo tamanho de seu PIB nem se explica pelas políticas calcadas ou calçadas no pressuposto de que o mercado é a única agência determinativa de alocação de recursos. Na verdade, segundo ele, o Brasil precisa reformular suas prioridades de produção e consumo e para isso necessita de um modelo alternativo de alocação interna de recursos.

Pelo menos cinco ingredientes deveriam ser contemplados nessa nova configuração, segundo elenca Ramos nesse artigo de estreia: (1) novos critérios alocativos; (2) utilização máxima de fontes de energia e recursos renováveis; (3) invenção e aplicação de tecnologias tropicais com baixa intensidade de capital; (4) mobilização da capacidade produtiva ociosa; e (5) uma combinação integrada do mercado com a produção autônoma de bens e serviços, via administração racional de *grants* (recursos públicos), aliada a financiamentos típicos do sistema de mercado.

3 Recursos Finitos e não Renováveis

Três meses mais tarde, no artigo “Poder militar, militares no poder”, Ramos declara, estupefato, que o governo brasileiro não parecia ter consciência de que os critérios alocativos dos fatores de produção tinham uma nova natureza conceitual, por duas fortes razões: (1) a escassez absoluta dos recursos não renováveis era ponto pacífico e inquestionável entre os estudiosos; e (2) já era secular a tendência de politização dos preços desses recursos no mercado internacional. Guerreiro Ramos não podia entender por que, no novo contexto internacional, nossos *policy makers* continuavam a admitir que os preços desses recursos críticos deveriam ser regulados pela lei da oferta e da procura e não por critérios eminentemente políticos.

4 Ideologia Modernizante e Industrialização

No artigo “Novo governo” (do presidente Figueiredo), ele usa a linguagem da modernização para se referir ao insatisfatório processo de industrialização seguido no país desde os tempos de JK. Tal industrialização estaria a provocar distorções demográficas na medida em que agravava o problema social nos centros urbanos, por induzir mais gente a migrar do campo para a cidade do que o setor industrial era capaz de absorver. Além disso, essa industrialização estava acarretando relações disfuncionais entre o setor agrícola e o setor industrial, por contribuir para o aumento da inflação. Para Ramos, já desde o final do Governo JK se fazia necessário um modelo alternativo ao que ele chamou de anglo-saxônico, ou modernizante, mas o regime militar, equivocadamente, enveredou pela política monetária...

No entanto, é no artigo “O ‘milagre’ e a sociedade” que Ramos expõe o que entendia por modelo modernizante, ao qual teria negligentemente sucumbido o governo brasileiro. Conforme argumenta aqui, é com Adam Smith, na segunda metade do século XVIII, que ser “moderno” passou a significar e a implicar a implantação e a contínua expansão do mercado como agência exclusiva do processo de alocação de recursos. Por decorrência dessa “visão de modernidade”, nossos

economistas políticos passaram a propor que o modelo de mercado se tornasse a forma ubíqua e exclusiva de alocar recursos e promover a melhoria e o desenvolvimento do país! Antes de Adam Smith, o mercado sempre fora regulado pelas instituições da sociedade; ele não tinha independência.

Nascia assim a disciplina da *economia política*, em lugar da política econômica, a qual persistiria até os dias atuais como manifestação dessa ideologia modernizante. Smith e Marx acreditavam que a expansão imanente do mercado levaria a humanidade necessariamente a uma forma histórica superior.

5 Transferências Bilaterais e Unilaterais

Mas Ramos logo se apressou a advertir, ainda neste, mas também no artigo seguinte, “Problemas alocativos da economia brasileira”, que a função do mercado como forma de promover a melhoria das condições de vida de uma população se depara com o princípio dos limites. Afinal de contas, a economia de mercado ou de trocas (*exchange economy*) organiza o processo de produção de bens e serviços exclusivamente com base em transferências bilaterais para troca no mercado, criando assim as categorias distintas de produtores e consumidores, em que os trabalhadores irão usufruir de sua produção tão-somente pela via da intermediação do comércio. Em caso de prevalecer o recurso exclusivo a transferências bilaterais de mercado, serão ignorados aspectos normativos responsáveis pela viabilidade social.

A viabilidade social é assegurada pela produção de bens e serviços para uso direto de produtores e associados, isto é, por meio de transferências unilaterais. Essas são o fundamento da economia de viabilidade social (*grants economy*), que, aliás, tem objetivos específicos, distintos e não subordináveis aos objetivos da economia de mercado, embora não necessariamente opostos a eles. Ramos lamenta que seja ainda e apenas incipiente o estudo necessário sobre a complementaridade entre esses dois tipos de transferências de recursos.

6 Dualidade de Sistemas Produtivos (Formal e Informal)

Ao abordar, em texto mais elaborado e longo (“Modernização e declínio da economia brasileira”), a distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, Ramos garante que são falsos pelo menos dois pressupostos invocados e aduzidos para dar-lhe suporte. São eles: [a] o pressuposto de que “o mundo atual constitui um sistema integrado de partes complementares no qual cada nação, através do comércio internacional, regulado pela lei da oferta e da procura, logra obter os recursos de que necessita; e o de que [b] em cada nação a melhoria das condições de vida da população necessariamente resulta da expansão do mercado interno”.

Seja na condição de estruturalistas ou de monetaristas, os economistas brasileiros são, na expressão de Ramos, “cativos do modelo ocidental modernizante”, quando admitem que “o desenvolvimento da economia brasileira é um processo de integração das atividades produtivas no mercado” e consideram uma anomalia o mercado doméstico não ter ainda dominado de forma plena a alocação de seus recursos. Para esses economistas, a dualidade de sistemas produtivos está fadada a desaparecer no momento em que “o mercado interno se tornar a forma ubíqua, onipresente e exclusiva de organizar todas as atividades produtivas do país”.

Para Ramos, é sintomático o fato de o cálculo do PIB no Brasil ignorar simplesmente a produção e o consumo que ocorrem nos sistemas ditos naturais, isto é, na economia de autossubsistência, informal. Nesse sentido, aliás, era coerente a política do governo de não prover apoio técnico e financeiro e de não defender esses sistemas de autossuficiência contra a penetração desintegradora do mercado. Para um governo despreparado e sem visão apropriada da realidade, a produção de soja, por exemplo, trazia vantagens pelos recursos financeiros que lhe rendia no mercado internacional, mesmo que para isso se transformassem ‘nossos hábeis produtores rurais’, deslocados de seus territórios e contextos comunitários e conviviais, em um exército de boias-frias a perambular pelas ruas das cidades brasileiras.

7 Bens Primaciais e Demonstrativos

Ainda no artigo em apreço, Ramos introduz a dupla noção de *economia primacial* e *economia demonstrativa*. Conforme argumenta o pensador que hoje homenageamos, o unidimensionalismo ou o unilateralismo de nossas políticas econômicas, orientadas que são quase sempre ou exclusivamente pelo modelo de mercado, em seu intento de promover a alocação de recursos, têm efeitos disfuncionais lamentáveis para a sorte dos cidadãos. A política energética do país, por exemplo, é modernizante, no sentido de que nossa energia é tratada como *input* para operar o sistema de trocas mercantis, que é largamente “estruturado para garantir a produção e o consumo de bens demonstrativos e, assim, minorar a síndrome psicológica de privação relativa da pequena minoria privilegiada de brasileiros”. Guerreiro concluiu então que o automóvel de uso pessoal, mais do que qualquer imperativo de nossa *economia primacial*, determinava o modo pelo qual se planeja, implementa e mantém nosso sistema de transportes.

Mas no artigo “Limites da modernização”, nosso autor retoma e torna mais explícita a discussão em torno da distinção entre *bens primaciais*, *primários* e *bens demonstrativos*. Os *bens primaciais* são primeiros em importância e suficientes para manter a vida física do homem. Como aponta Ramos em outro artigo da série, essa noção corresponde à ideia aristotélica da riqueza natural, aquela riqueza cuja produção é necessária para assegurar a vida física (o viver físico), mas que é apenas meio para o exercício da vida cívica (o bem viver, a ‘boa vida’). Esses bens são função do princípio dos limites da produção e do consumo.

Já os *bens demonstrativos* são aqueles cuja produção e consumo são ilimitados e, por isso, dependentes de artifícios como obsolescência planejada, invenção de necessidades artificiais e consumismo de exibição ou por vício (oneomania), para manterem em funcionamento o sistema do qual dependem. Além disso, as ideias convencionais de modernização e desenvolvimento operadas pelo mercado são noções indissociáveis de práticas predatórias e nocivas à vida humana e à auto-restauração do meio-ambiente natural.

Como argumenta Ramos, as sociedades industriais de hoje têm capacidade técnica adequada para proporcionar em grau ou volume

suficiente os bens e serviços que são necessários ao pleno exercício da vida cívica de todos os seus membros. Mas o que se observa, na vida prática dessas sociedades, é que a vida cívica é marginal, pois a produção da riqueza material é ilimitada, tornando-se um fim em si mesma. Nessas sociedades o objetivo de *civilizar* é substituído pelo objetivo de *consumir*, disfarçado sob o manto de modernização. O conselho final do Presidente G. Bush aos cidadãos reunidos em torno dos escombros das Torres Gêmeas, em setembro de 2001, não poderia ser mais emblemático da natureza de uma sociedade de mercado: “Agora, às compras, senhores”!

Diante do imperativo dos limites da produção e do consumo, Ramos insiste, mais uma vez, por um modelo alternativo de alocação de recursos, mas admite e assegura que o maior obstáculo ao encaminhamento desse debate é a mentalidade modernizante (predatória) e linearista de uma minoria privilegiada.

8 Mercado Subordinado a Instituições Políticas

No artigo “Um modelo corretivo do impasse econômico”, Guerreiro Ramos se valeu do genial economista húngaro Karl Polanyi para, entre vários outros pontos importantes, ressaltar que, antes do advento da sociedade gerida pelo mercado, as relações entre os seres humanos, inclusive as econômicas, em todas as sociedades, jamais haviam deixado de ser reguladas politicamente. Com efeito, até a segunda metade do século XVIII, o mercado sempre fora um lugar delimitado (um *market place*, *Markt Platz*, uma *praça de mercado*), fisicamente demarcado e, inclusive, mantido fora do alcance das crianças e mulheres, sobretudo na Europa pré-moderna.

A assim chamada revolução industrial transformou o mercado em um sistema autônomo de relações, ao qual a sociedade se tornou progressivamente subordinada, um lugar sem fronteiras, presente em toda parte. Ela produziu as condições necessárias para que o mercado assumisse o papel de regulador da política e a economia se tornasse uma ciência, a ciência da *economia política*. Com efeito, para Polanyi, essa designação acabaria prevalecendo sobre outra que também era proposta na época, com o propósito de traduzir etimologicamente sua

noção de troca, *viz.*, *catalática*. É essa a ‘grande transformação’ a que se referia Polanyi em seu livro intitulado exatamente com essas palavras, *A grande transformação*, publicado pela primeira vez, em 1944, nos EUA.

Outro revisionista de peso do modelo de mercado invocado por Ramos no texto em tela foi Georgescu-Roegen, figura central no debate sobre a ecologia do processo econômico. De acordo com Roegen, porém, seus colegas defensores do processo econômico estacionário (*steady-state economics*) não se deram plena conta da lei da entropia, segundo a qual, em sua condição de *input* de produção, a quantidade de energia declina irreversivelmente, impossibilitando assim a existência de sistemas estacionários; por força da segunda lei da termodinâmica (lei da entropia), a escassez de recursos finitos é absoluta, pois qualquer quantidade, uma vez consumida, de tais recursos desaparecerá para sempre. É por isso que o uso de recursos finitos deve ser alvo de decisões políticas e jamais subordinável à corrente lei de mercado da oferta e da procura.

9 Valor de Troca *versus* Valor de Uso

Um terceiro ponto destacado por Ramos no artigo em apreço refere-se ao valor de troca e ao valor de uso dos bens. Conforme a cartilha da economia política, somente bens com valor de troca constituem ingredientes de produção; para ela, valor de uso é categoria secundária. Na realidade, porém, boa parte daquilo que define a qualidade do convívio civil e social entre as pessoas são as coisas que não se trocam e têm apenas valor de uso ou fruição.

Para o economista tradicional, só os indivíduos formalmente empregados produzem, realizam efetiva produção. Mas a verdade é que todos os brasileiros sem emprego no mercado formal trabalham, produzem e contribuem para a riqueza nacional, mesmo que as estatísticas oficiais não retratem este fenômeno tão real quanto evidente para tantas gerações de cidadãos que nasceram, fizeram suas vidas ou pelo menos as iniciaram, no interior do Brasil, quase sem acesso a relações típicas de mercado. Aliás, nas sociedades pré-mercantis, a população de indivíduos formalmente empregados sempre foi insignificante.

A propósito ainda desse ponto, o paradigma paraeconômico de Ramos postula um conceito multidimensional de produção que incorpora itens com valor de uso (nos enclaves isonômicos e fenonômicos) e itens com valor de troca (no espaço ou enclave das economias), visando sempre a sustentação adequada da plena convivência civil, social e cultural entre os indivíduos. A extensão da produção caracterizada pelo modelo paraeconômico é representada não apenas pelo setor da economia formal, mas também pelo setor informal das isonomias e das fenonomias, onde a fruição importa mais que a troca.

10 Lei da Oferta e da Procura

No artigo *Comércio, desenvolvimento e protecionismo*, é possível perceber que os criadores da economia política se empenham em elaborar uma ‘lei de oferta e demanda’ com veleidades de ciência, para regular o comércio entre as nações. Para eles, tal comércio se orientaria por dois princípios: ele seria produto da divisão internacional do trabalho e seria regulado pela lei da ‘oferta e da procura’, na suposição de que, ao praticarem comércio entre si, as nações transferem, umas às outras, coisas que lhes são equivalentes e de interesse mútuo. Segundo Ramos, porém, essas ‘harmonias conceituais’ mal levam em conta a variável do poder e ignoram por completo o elemento de impostura, pirataria ou engodo, que sempre foi intrínseco ao comércio.

Em nosso tempo, por força da expansão das sociedades de mercado, é fato que todos os povos estão sob o domínio de um único sistema econômico. Mas também é verdade que o poder de decisão das grandes corporações, dos Estados-nações e das entidades transnacionais é desigual; em função de mecanismos do comércio internacional, umas poucas corporações têm o poder de determinar em termos decisivos a alocação dos recursos no mundo, restando às nações menos desenvolvidas um papel de decisão relativamente pequeno.

Ao contrário do que afirmavam, em fins da década de 1970, as grandes potências mundiais (capitalistas ou socialistas), as estratégias convencionais de desenvolvimento por elas patrocinadas tendiam mais a perpetuar do que a superar o estado de dependência das nações periféricas e a vencer as precárias condições de vida das suas populações.

No mundo ocidental, em particular, a falácia do desenvolvimento se revelou, de forma incontestada, por uma série de distorções sociais da vida humana e de consequências ecológicas desastrosas. Tais distorções e consequências teriam sido o legado de uma longa e crônica primazia do mercado na condução do processo de organizar as atividades produtivas dentro e entre as nações.

A “história industrial” de pouco mais de 200 anos nos legou capacidades produtivas sem precedentes e tecnologias de transportes e comunicação que nos permitiriam construir uma nova ordem mundial. Infelizmente, por longas décadas do século XX, esses meios logísticos estiveram encapsulados dentro de dois tipos de processos perniciosos em termos culturais e debilitantes em termos psicológicos: o ordenamento socialista da existência humana (comandado por representantes de governos agindo como mediadores das leis da história), e a subordinação do mundo ocidental ao culto deísta da ‘mão invisível’ do mercado, uma condição já conhecida por seus efeitos ‘pandorísticos’.

Para articular uma visão alternativa, que permita salvar o mercado e ao mesmo tempo desenvolver uma abordagem multidimensional para os projetos ou planos de sistemas sociais, cabe à sociedade atual e seus articuladores políticos e acadêmicos, segundo Ramos, enfrentar a ambiguidade decorrente do mercado e suas tensões. Mesmo que o comércio não se livre da pirataria, que lhe é inerente, a sociedade não deve se resignar a dar-lhe permissão irrevogável para governar o mundo; cabe-lhe, sim, tornar o mundo capaz de comandar o seu comércio.

Para Ramos, o mercado não é necessariamente um sistema nocivo ao bom ordenamento da vida humana associada. No entanto, conforme argumenta ele, sua expansão desenfreada já ultrapassou [a] os limites da tolerância psicológica humana e [b] a capacidade da natureza de proporcionar recursos não renováveis e manejar os poluentes em termos compatíveis com os atuais níveis e modos de crescimento econômico. Preconiza, pois, que se deva delimitá-lo.

11 Nova Teoria Econômica

Karl Polanyi é, mais uma vez, o autor-chave a que Ramos recorreu, agora no artigo “Notícia sobre a nova teoria econômica”, para descrever

a recente transfiguração histórico-social que assumiu o processo de alocação de recursos mundo afora. Segundo o revisionista econômico húngaro (ver livro *A grande transformação*), as leis do mercado são inadequadas para explicar as relações de produção e troca em sociedades pré-capitalistas. Tais leis não são universais; elas têm validade restrita nas sociedades surgidas após a “grande transformação”, da qual resultou o moderno sistema capitalista.

Sempre de acordo com o economista judeu húngaro, o sistema capitalista moderno é uma configuração histórico-social excepcional em que o mercado se tornou a agência determinativa da alocação de recursos. Anteriormente à ‘grande transformação’, o mercado sempre existiu, mas como parte imersa ou engastada (*embedded*) no tecido institucional e por ele regulado. O advento da sociedade regulada e gerida pelo mercado é uma deformação da vida humana associada. Ao interpretar os termos de Polanyi, Ramos diz *literatim*: “a fraqueza de origem da sociedade do século XIX não é que ela foi industrial, mas que foi uma sociedade regulada pelo mercado”.

Segundo argumentos de Polanyi, é possível um industrialismo diferente, mais consentâneo com os requisitos permanentes da existência humana. Ele e outros revisionistas da economia política fazem distinção entre ‘mercado formal’ e ‘mercado informal’, para ressaltar que ambos são espaços legítimos e permanentes de produção a requerer tratamento governamental sistemático e específico como instrumentos normais de ocupação de mão de obra e geração de riqueza. A dualidade de sistemas é um fenômeno normal e persistente tanto em países periféricos quanto em países cêntricos. Ela não é um obstáculo ao desenvolvimento, como advogam economistas marxistas e liberais.

Polanyi teve discípulos que se tornaram *scholars* de grande expressão na academia e levaram adiante suas ideias. Segundo um deles, citado por Ramos, S. V. Sethuraman (The urban informal sector: concept, measurement and policy, *International Labor Review*, v. 114, n. 1, 1976), por exemplo, o sistema informal cria empregos e contribui para a distribuição equitativa de renda, como também é, às vezes, mais eficiente que o mercado formal em seu papel de alocador de recursos. Outro autor lembrado é Scott Burns (*The household economy*, 1976,

p. 14), para quem ocorria em seu tempo uma produção considerável à revelia do mercado formal; o valor do trabalho doméstico nos Estados Unidos, por exemplo, equivalia então a 1/3 do PIB e à metade da renda disponível do consumidor. Mas mesmo antes de Karl Polanyi, grandes vozes se fizeram ouvir em favor de um mercado politicamente regulado, como revelam os nomes de Robert Owen, John Stuart Mill, do poeta John Ruskin, entre outros tantos luminares da ciência, das artes e do engenho humano.

12 Sistemas de Produção no Brasil

No artigo “Problemas alocativos da economia brasileira”, Guerreiro Ramos advoga uma teoria alocativa sensível à heterogeneidade dos sistemas de produção como instrumentos para assegurar a eficiência das políticas alocativas do governo e para avaliar o seu impacto no desenvolvimento econômico e social do país. A classificação que faz de tais sistemas se pauta pelos seguintes norteamentos: [a] os diferentes sistemas se distinguem em graus variados do modelo de mercado em função de várias condições (por exemplo, tamanho); [b] nenhum sistema deve ser exclusivo ou único para determinar o processo alocativo; e [c] a classificação implica institucionalização de mecanismos de transferência unidirecional e de transferência bidirecional de recursos e sua prática de acordo com o fundamento típico de cada sistema.

Apesar da mentalidade modernizante que governa a cabeça de nossos economistas, pode-se encontrar na prática econômica brasileira, além do sistema de mercado, vários outros arranjos organizativos de produção. Em sua pesquisa, Guerreiro Ramos identificou e caracterizou os cinco sistemas seguintes:

- a) No **sistema oligopolizado de produção** se observa que há “soberania do produtor” (expressão de Galbraith); empresas se dedicam à produção de bens e serviços de alta sofisticação técnica ou mercadológica; dominam amplamente o mercado e são cosmopolitas (com vinculações nos centros mais desenvolvidos do planeta); têm capacidade para criar ou alterar significativamente padrões de comportamento e de consumo;

e podem contribuir para agravar a periferização da economia nacional, se não forem adequadamente reguladas no âmbito de cada país.

- b) O **sistema de produção de relativa competitividade** (que tem certa semelhança com os modelos clássicos da economia de mercado) é representado por empresas médias ou pequenas; e em seu “espaço” se exerce em escala considerável a “soberania do consumidor”.
- c) O **sistema fronteiro** compreende empreendimentos situados em uma das duas situações extremas: ou são empresas com características que as aproximam dos oligopólios, como as regionais que têm domínio sobre seus mercados; ou são empresas alijadas do mercado por fatores tecnológicos ou mercadológicos, por enfrentarem os efeitos de uma exposição à internacionalização da economia nacional.
- d) Ao **sistema quase formal de microprodução** se aplicam certos aspectos da lógica de mercado, mas de forma flexível, instável e episódica; entre os empreendedores que representam essa categoria de produção se encontram, por exemplo, o artesão, o profissional liberal, o “empreiteiro” de construção civil ou de reparos, o intermediário de negócios que atua eventualmente, o biscateiro.
- e) Os **sistemas conviviais ou comunitários de produção** se referem e compreendem a associação de pequenos grupos humanos, como, por exemplo, família, para a produção de serviços, como ilustram os seguintes arranjos organizativos: a comunidade social religiosa; a vizinhança que organiza pequenas creches; a prestação de serviços comunitários; certos tipos de cooperativas; a pequena agricultura de hortifrutigranjeiros; o armazém familiar de regiões isoladas; essas organizações vinculam-se de maneira restrita e errática aos mecanismos formais de mercado, e suas operações com frequência não são tocadas a dinheiro.

Na conclusão do texto, Guerreiro Ramos insiste que todos os diversos sistemas de produção devem integrar o modelo alocativo de

recursos do país e que este modelo supõe uma metodologia de alocação de recursos. Também argumenta que se é verdade, por um lado, que a transferência de recursos públicos para estímulo, amparo, subsídio e incremento da produção econômica tem uma longa tradição em nossa história administrativa e política, por outro também é fato que o aparato institucional de “fomento econômico” no Brasil tem favorecido as primeiras duas categorias mencionadas de sistemas de produção, deu assistência à terceira apenas em termos eventuais e ignorou totalmente as categorias 4 e 5. Sua recomendação aos *policy makers* brasileiros é que experimentem e sistematizem mecanismos institucionais distintos por meio dos quais o Estado possa extrair e lograr a máxima vantagem de todas as formas de organização social da produção.

13 Economia Política em Questionamento

No artigo “Economia política reconsiderada”, Guerreiro Ramos argumenta que, em termos do senso comum, a disciplina da economia política é um incidente do pensamento em desordem, do pensamento fora dos trilhos. Propõe que é preciso restaurar a proposição clássica sobre o processo natural da alocação de recursos. São palavras textuais suas: “Antes do advento da *economia política*, sempre existiu uma teoria alocativa que predicava o primado das deliberações políticas sobre o processo de criação e distribuição de riqueza”. Dito de outra maneira, de acordo com os pensadores gregos clássicos, em particular com Aristóteles, até o advento da revolução industrial, o processo alocativo foi sempre política e institucionalmente determinado, nunca determinativo em qualquer grau e sentido.

Mas a *economia política* calçada em Adam Smith inverteu o pressuposto clássico, pois foi dominada pela ideia de que a intencionalidade de maximizar vantagens nas trocas sociais é o princípio sistemático regulador do processo alocativo e também da ordenação política e institucional das comunidades. E as circunstâncias históricas do final do século XVIII precipitaram a conversão desta ideia em fato normal da vida humana associada. Mas desde o momento em que se tornou irreversível, até recentemente, quando sua real história se revelou sob

a forma do industrialismo, foi possível perceber e discernir o caráter sinistro desta conversão.

Em Adam Smith e seus sucessores, a *economia política* implicava a condenação da *política econômica*, ou seja, o intento de conferir ao processo de produção o caráter de um movimento autopropulsionado, sob a alegação de que era dotado de leis próprias, objeto de estudo da nova disciplina. Em Adam Smith cumpriu-se o dito de Montesquieu: “o interesse próprio é o maior monarca do mundo”.

Entre os críticos da nova disciplina, o francês Sismonde de Sismondi (1773-1842) atribuiu-lhe um caráter especulativo e falso, na medida em que ela propõe o aumento ilimitado de bens econômicos como fim da sociedade e postula uma elasticidade de necessidades incompatível com a estrutura psicológica e fisiológica do ser humano. Para John Stuart Mill (1806, p. 73), “[...] o aumento da riqueza não é ilimitado”. O poeta John Ruskin chamou a economia política de “ciência bastarda”, acusando-a de negligenciar a distinção entre os bens necessários à arte de viver e os que contribuía para a degradação humana.

14 Industrialismo Orgânico

Ramos argumenta que nas posições críticas de J.S.Mill e John Ruskin já se acha implícito o princípio dos limites inerente à teoria normativa do processo alocativo. E, segundo ele, é hora de se reler com interesse as obras mais refinadas sobre o assunto dos autores ingleses J. A. Hobson (1858-1940) e R. A. Tawney (1880-1962), pois só nesse momento tardio aparecia **a oportunidade de se difundir, propagar o industrialismo orgânico, em contraposição ao industrialismo predatório**, que está a ameaçar o mundo com um colapso social e ecológico.

Na continuidade ao tópico, em seu artigo final (“As confusões em torno do industrialismo”), nosso autor centenário advoga que o grande problema de reconstrução de nosso tempo consiste em preservar os ganhos resultantes do industrialismo convencional e incorporá-los num tipo de industrialismo menos prejudicial ao ser humano

e à natureza. O industrialismo orgânico é uma forma de produção e consumo, constituída e reproduzida essencialmente pela utilização de recursos renováveis e, assim, minimamente nociva aos processos restaurativos da natureza.

O renascimento do industrialismo orgânico torna claro o caráter pré-analítico da história política e econômica do Brasil. Até hoje o enfoque de nossa historiografia econômica aceitou, como dado permanente, que o país é cativo do industrialismo convencional. Em estreita consonância com a ênfase favorável de José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu) à ‘abertura dos portos’ brasileiros e adoção da doutrina de Adam Smith como modelo de referência para nossa política econômica, nossas autoridades se empenharam em extrair o máximo de proveito das virtudes do comércio internacional, como também descuidaram de desacoplar a economia brasileira do industrialismo tradicional.

15 Conclusão

Se a comunidade política (*polis*) é “o ser humano em escala ampliada”, como a definiram os gregos clássicos, fica evidente que a sociedade de mercado é muito simplista para representar o homem em suas múltiplas dimensões. É por isso que Ramos propôs e defendeu um sistema multicêntrico que contemple todas as dimensões do ser humano e possibilite assim a efetiva autorrealização de cada um. E o mercado deve estar confinado ou restrito a uma parte desse espaço sociopolítico. Foi justamente no modelo paraeconômico proposto no livro *A nova ciência das organizações*, que ele representou este espaço pelo enclave das *economias*, ao lado dos outros enclaves que representam as possibilidades do ser humano em suas outras dimensões. A esses últimos enclaves Ramos deu os nomes de *fenonomias* e *isonomias*.

Eis aí uma breve síntese da tentativa feita por Ramos de traduzir em parte para o público brasileiro e seus governantes o conteúdo de sua proposta teórica. Como se viu, a construção de um arcabouço de vida humana associada não é uma empreitada simples e, muito menos, reducionista, como o modelo de livre mercado faz pressupor. Para sua elaboração, se fazem necessários muitos elementos de história, filoso-

fia, cultura e valores que animam um povo. Os pontos levantados por Ramos dão ideia da complexidade dos elementos essenciais e incluíveis a um sistema que seja próprio e adequado para a boa gestão da alocação eficiente e justa dos recursos de uma comunidade política.

Notas

- 1 Professor aposentado da UFSC e UDESC.
- 2 A lista dos artigos de Guerreiro Ramos no *Jornal do Brasil* está organizada em três blocos, de acordo com os anos em que foram publicados, a saber: **Cinco publicados em 1978**: 1. O momento maquiavélico brasileiro (22/10); 2. O Brasil e a instituição militar (04/11); 3. Abertura política (14/11); 4. Hora dos articuladores (05/12); 5. Linguagem de abertura (30/12). **Onze publicados em 1979**: 6. Irã e Brasil (17/01); 7. Poder militar, militares no poder (28/01); 8. O novo governo (15/03); 9. O “milagre” e a sociedade (13/05); 10. Modernização e declínio econômico do Brasil (10/06); 11. Limites da modernização (22/06); 12. Um modelo corretivo do impasse econômico (08/07); 13. Comércio, desenvolvimento e protecionismo (23/09); 14. O governo não pode continuar isolado dos cientistas (25/11); 15. *Não identificado* (?/11); 16. Atualidade e falácia do Brasil (26/12). **E oito publicados em 1981**: 17. Um conceito impopular em ciência social (18/01); 18. Platão e a conversa das gerações (08/03); 19. Aristóteles, Whitehead e a bifurcação da natureza (05/04); 20. O governo Reagan ou o fim da compaixão (07/06); 21. Notícia sobre a nova teoria econômica (11/10); 22. Problemas alocativos da economia brasileira (02/08); 23. Economia política reconsiderada (11/10); 24. As confusões em torno do industrialismo (27/12).

Referências

GUERREIRO RAMOS, Alberto [1915-1982]. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

Recebido em 07/12/2015

Aceito em 1º/03/2016